



MUNICÍPIO DE PALMEIRA ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Geral

Projeto de Lei nº 4.867

Ementa: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 10.212,18 (dez mil, duzentos e doze reais e dezoito centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 4.286/2016 – Lei Orçamentária Anual e destinada a criação da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde - SMS
14.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Saúde
14.001.10.301.0022.6.168. Aquisição de medicamentos, material odontológico, laboratorial e hospitalar
713 - 3.3.90.32.00.00 500 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R\$ 10.212,18

Total Suplementação: R\$ 10.212,18

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminado abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro
500	R\$ 9.846,72

Art. 3º - Para atender o disposto no artigo 1º desta Lei, servirá como recurso excesso de arrecadação, conforme discriminado abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

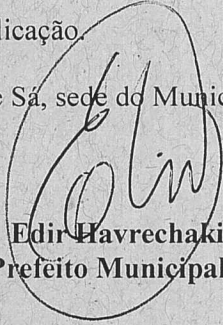
Receita

Receita: 1.3.2.5.01.01.00.00 Fonte: 500 R\$ 365,46

Total da Receita: R\$ 365,46

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de outubro de 2017.


Edir Havrechaki
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PALMEIRA ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Geral

JUSTIFICATIVA

Segue à apreciação desta Casa Legislativa projeto de lei que visa a criação de dotação orçamentária destinada a Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a Portaria nº. 1.738/2013 do Ministério da Saúde que estabelece o incentivo de custeio para a implementação de ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias Municipais de Saúde, esta Secretaria Municipal vem requerer a presente abertura de crédito adicional especial visando a reprogramação do orçamento anual, tendo em vista o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 na fonte de recurso 500.

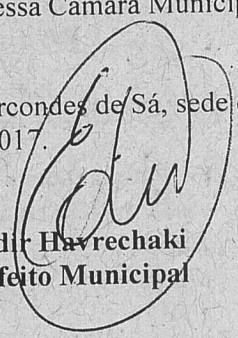
Ao mesmo tempo está sendo solicitado reforço no orçamento anual tendo em vista o excesso de arrecadação na receita 1.3.2.5.01.01.00.00, fonte de recurso 500, oriundo do rendimento gerado pela aplicação financeira do recurso recebido.

Ressalta-se que tal procedimento é necessário para que novas despesas públicas com saúde, em especial a atenção básica, possam ser realizadas, melhorando a eficiência e ofertando um maior número de serviços de saúde.

Em atendimento aos preceitos legais, obrigatoriamente, o Orçamento Anual deve contemplar todas as Receitas e Despesas que serão executadas durante o exercício. Desta forma, a Lei 4.320/64 dispõe sobre os créditos adicionais como mecanismos de ajustes do Orçamento, possibilitando a inclusão de ações que não estavam contempladas neste instrumento de planejamento.

Por tudo isso, é certo da importância deste Projeto de Lei para a continuidade das ações da Administração Pública, investindo em atendimento a população, solicitamos que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do
Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de outubro de 2017.


Edir Havrechaki
Prefeito Municipal